

Alterada pela lei nº 1.037/71

"lei n° 667."

O Interinten^{te} no município de Alegre, no
meado na forma da lei. faço saber que
a Câmara Municipal de Alegre decretou

e Eu sanciono a seguinte lei:

Artº 1º Fica constituída, com personalidade de própria e de natureza autárquica, sob a jurisdição desta Prefeitura, com sede na cidade de Alegre neste Estado, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alegre, com autonomia administrativa, financeira e didática, que será exercida na forma dos seus Estatutos.

Artº 2º a administração da Faculdade de Filosofia caberá a um Diretor de comprovada capacidade intelectual e idoneidade moral, escolhido pelo Prefeito municipal, de uma lista de três nomes indicados pela Congregação da Faculdade, entre professores de ensino superior efetivos e em exercício, eleitos em escrutínio secreto, podendo ainda o Diretor, cujo mandato será de dois anos, ser reconduzido ao cargo por mais um período.

Artº 3º. O Diretor caberá superintender todos os serviços e negócios da Autarquia, além dos de natureza didática; representá-la em juízo ou fora dele.

Artº 4º. Enquanto não existir a Congregação da Faculdade de Filosofia legalmente constituída, o Executivo municipal nomeará, em comissão, pelo prazo de um ano, o Diretor do estabelecimento.

decimento que elaborados Estatutos e o Regimento Interno da Faculdade, organizará o seu quadro de pessoal, fixando-lhes os vencimentos, atos de que dará conhecimento ao Poder Executivo do município.

§ Único. - Licença o Diretor autorizado a tomar, junto ao Conselho Estadual de Educação, todas as providências que se fizerem necessárias ao funcionamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Alagoa ainda no corrente ano, se possível.

Artº 5º. no término de cada período letivo, o Diretor da Autarquia (Faculdade) encaminhará, à Congregação, para ser apreciada e aprovada, a prestação de contas de suas atividades didáticas econômicas e financeiras relacionadas com o exercício findo.

§ Único. O parecer da Congregação, no que se referir à parte econômico-financeira, será remetido ao Prefeito municipal a fim de ser encaminhado à apreciação da Câmara municipal.

Artº 6º. A Faculdade se regerá por estatutos próprios, de acordo com a Lei Duzentos e sesses do Brasil e Nacional, contendo a discriminação, competência e atribuições dos diversos órgãos de sua administração bem como a definição da responsabilidade

dos respectivos dirigentes

Art.º 4.º A Recita da Faculdade será constituída de subvenções e auxílios da Prefeitura municipal de Alagoas, do Estado e da União, assim como das unidades estabelecidas para os seus alunos.

§ Único. - o estudante reconhecido como pobre ficará isento do pagamento de unidade, de acordo com parecer da Congregação da Faculdade.

Art.º 8.º A despesa geral será prevista através de Orçamento elaborado todos os anos pelo Diretor, com a elaboração da Congregação, não devendo exceder à previsão da Recita.

Art.º 9.º O Orçamento geral da Faculdade e o Balanço anual das atividades obedecerão às normas previstas para a contabilidade pública.

Art.º 10.º Fica o Poder Executivo autorizado a subvencionar a Faculdade de Filosofia com a quantia de 3% (três por cento) do total da Recita Exibitória do município.

§ 1.º - O Prefeito municipal poderá aumentar a percentagem se for necessário, com aprovação do Legislativo municipal.

§ 2.º - O Poder Executivo fica autorizado a adiantar ao Diretor, para as despesas iniciais da instalação da Faculdade os recursos necessários até a quantia de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros).

Art. 10º Lica o Prefeito municipal autorizado a adquirir terreno necessário a construção do edifício da Faculdade de filosofia podendo também desapropriar qualquer outra área que considerar de interesse na forma da lei, devendo ainda proporcionar a venda, planta e construção da sede própria.

Art. 12º Enquanto a Faculdade de Filosofia e Ciências e letreos de alagoa não possuir sede própria, poderá funcionar a título precário, em estabelecimentos do Estado ou particulares, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

Art. 13º Lica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, que entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alagoa, 31 de janeiro de 1967.

x *Almeida*
Intervento municipal